

BOLETIM DE MACAU

PREÇO DA ASSINATURA

Assinatura por ano \$140,00
 Dita por semestre \$ 82,00
 Dita por trimestre \$ 44,00
 Número avulso por cada página \$ 0,20
 Nas assinaturas para fora de Macau acrece o porte do correio.

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no *Boletim Oficial*, à sua assinatura ou falta de remessa deve ser dirigida à Imprensa Nacional.

PREÇO DOS ANÚNCIOS

Anúncio, por linha \$ 0,88
 Anúncio, em chinês, por carácter \$ 0,12
 As repetições das publicações têm um abatimento de 50%.

Anúncio algum, de interesse particular, será publicado, sem que venha acompanhado do seu custo provável.

Quando se suscitem dúvidas sobre a interpretação das matérias publicadas nas duas línguas, portuguesa e chinesa, prevalece a da versão portuguesa.

所有澳門政府公報內文字以葡文華文頒行者遇有辯論之處仍以葡文為正也

S U P L E M E N T O

S U M Á R I O

GOVERNO DE MACAU

Lei n.º 1/77/M:

Autoriza o Governo de Macau a contrair com o Ministério das Finanças do Governo da República, um empréstimo destinado ao financiamento do Plano de Fomento para 1977.

Portaria n.º 26/77/M:

Adita várias rubricas e correspondentes valores à tabela de receita extraordinária do orçamento geral de Macau para o ano económico de 1977.

Os recursos financeiros do Território, apresentando, embora nos últimos anos, tendências expansionistas, não são, contudo, suficientes para prover às despesas necessárias ao fim em vista. Há que satisfazer encargos igualmente prioritários, como os que respeitam à melhoria das condições económico-sociais do funcionalismo público e à inadiável reestruturação de alguns Serviços.

Daf que para o financiamento do Plano de Fomento, do ano de 1977, o Governador de Macau haja solicitado oportunamente ao Governo da República, a concessão de um empréstimo até ao limite de cento e cinquenta mil contos, que se destinará essencialmente ao pagamento das obras e empreendimentos já projectados para as ilhas da Taipa e de Coloane.

Nestes termos:

Considerando o disposto no artigo 61.º, n.º 1, do Estatuto Orgânico de Macau e no artigo 12.º, n.º 2, da Lei n.º 3/76/M, de 31 de Dezembro;

Tendo em atenção o proposto pelo Governador de Macau;

Cumpridas as formalidades do artigo 48.º, n.º 2, alíneas *a*) e *d*), do Estatuto Orgânico de Macau;

A Assembleia Legislativa decreta, nos termos do artigo 31.º, n.º 1, alíneas *m*) e *q*) do mesmo Estatuto, o seguinte:

Artigo 1.º

(Autorização e condições do empréstimo)

É o Governador autorizado a contrair com o Ministério das Finanças do Governo da República, um empréstimo destinado a assegurar o financiamento do Plano de Fomento para 1977, de valor não superior a cento e cinquenta mil contos, que vencerá o juro anual de quatio e meio por cento e será amortizado, a partir do oitavo ano, durante vinte anos.

GOVERNO DE MACAU

Lei n.º 1/77/M

de 19 de Fevereiro

AUTORIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DO PLANO DE FOMENTO PARA 1977

A política de fomento definida para as Ilhas da Taipa e de Coloane consiste na criação de infra-estruturas e equipamentos sociais, com vista ao desenvolvimento díquelas Ilhas e à expansão da actividade económica do Território.

Para tanto, torna-se necessária a execução de um conjunto de obras e empreendimentos, com especial incidência nos sectores do urbanismo e das infra-estruturas rodoviárias.

Artigo 2.º**(Sectores de empreendimentos)**

O produto deste empréstimo será aplicado na realização de empreendimentos, obras e tarefas, nos seguintes sectores:

- Habitação e Urbanismo;
- Rede rodoviária;
- Indústria transformadora;
- Turismo;
- Energia;
- Portos e Navegação;
- Educação;
- Saúde;
- Agricultura, Silvicultura e Pecuária;
- Telecomunicações;
- Meteorologia;
- Investigação;
- Equipamento e instalações de Serviços Públicos.

Artigo 3.º**(Bases de execução do Plano)**

A execução do programa do Plano de Fomento para 1977, obedecerá às seguintes bases gerais:

HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO**1. Habitação:**

Prosseguimento da política de fomento da habitação através da construção ou aquisição de blocos residenciais.

2. Urbanização:

Suprimento de algumas carências e insuficiências das principais infra-estruturas e solução dos problemas urbanísticos mais prementes, de entre os quais se salientam:

- a) Melhoramento do abastecimento de água ao Território, incluindo a construção de um reservatório e das barragens de Ká Hó e Hac Sá, com lançamento das condutas e montagem das estações de tratamento e bombagem;
- b) Pavimentação de arruamentos;
- c) Elaboração de planos de urbanização;
- d) Drenagem e redes de esgotos;
- e) Aterro das zonas alagadas do Porto Exterior e Areia Preta.

REDE RODOVIÁRIA

1. Melhoramento e ampliação da rede de estradas no Concelho das Ilhas, tendo especialmente em vista a valorização das zonas que, nos planos de urbanização, estão definidas para habitação, turismo e indústria.

2. Execução das estruturas necessárias à protecção dos pilares centrais da Ponte «Governador Nobre de Carvalho», no canal de navegação, e ajustamento definitivo e liquidação dos encargos adicionais com a empreitada de construção da mesma Ponte.

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

Diversificação da actividade industrial, facultando à iniciativa privada estudos e outros elementos referentes à instalação em Macau de indústrias pouco generalizadas ou mesmo inexistentes.

TURISMO

Expansão do turismo, designadamente através da preservação dos valores culturais de carácter histórico ou artístico e da realização de obras de interesse turístico.

ENERGIA

Comparticipação nas despesas relacionadas com o melhoramento do sistema de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica à Taipa e Coloane e realização de trabalhos de iluminação das principais estradas daquelas Ilhas.

PORTOS E NAVEGAÇÃO

Obras de melhoramento nas zonas marítimas do Território, aquisição, reparação e construção de material marítimo, elaboração do projecto e início de construção de novas instalações para o embarque e desembarque de passageiros e serviços correlativos.

EDUCAÇÃO

Apetrechamento dos estabelecimentos de ensino oficiais e particulares e execução de obras de melhoramento e adaptação das respectivas instalações.

SAÚDE

Melhoria da qualidade de vida no plano sanitário, essencialmente através de:

- a) Campanha contra a tuberculose;
- b) Combate às doenças transmissíveis e outras medidas médico-sanitárias, com especial incidência na luta anti-sazonática;
- c) Construção e ampliação de edifícios médico-hospitalares;
- d) Aquisição de equipamento para os Serviços de Saúde e Assistência;
- e) Formação de pessoal médico e de enfermagem.

AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA

Povoamento e repovoamento florestal das Ilhas e efectivação de trabalhos de natureza pecuária e piscícola.

TELECOMUNICAÇÕES

Ampliação da central telefónica, expansão da respectiva rede e execução de outros melhoramentos.

METEOROLOGIA

Aquisição de equipamento científico.

INVESTIGAÇÃO

Elaboração da planta cadastral do Território e, bem assim, recrutamento de pessoal indispensável à efectivação de trabalhos e estudos de carácter técnico e ainda, a título excepcional, daquele que, neste sector, for necessário para suprir exigências eventuais dos serviços públicos.

EQUIPAMENTO E INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Aquisição de instalações e equipamento para alguns serviços públicos do Território e execução de obras de ampliação, melhoramento e adaptação de algumas das actuais instalações.

Aprovada em 11 de Fevereiro de 1977. — O Presidente da Assembleia Legislativa, *Carlos Augusto Corrêa Paes d'Assumpção*.

Promulgada em 16 de Fevereiro de 1977.

Publique-se.

O Governador, *José Eduardo Garcia Leandro*

